

## **Racismo ambiental na Amazônia: Estudo de caso em Belém-Pa**

Tamires Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Sidclay Santos Furtado<sup>2</sup>  
Jhonata Pereira da Silva<sup>3</sup>  
Claudia Lorena Mendes dos Santos<sup>4</sup>  
Nathalia do Socorro Ferreira Marques<sup>5</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho busca elucidar a formação crítica sobre racismo ambiental na Amazônia a partir de uma sequência didática desenvolvida com duas turmas do 8º ano do Ensino Fundamental na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará, no contexto do PIBID/Sociologia. A proposta articulou conteúdos de sociologia e educação ambiental, abordando biodiversidade amazônica, mudanças climáticas e desigualdades socioambientais em Belém-PA. A sequência envolveu aulas dialogadas, aplicação de questionário diagnóstico, atividade prática no espaço escolar, análise de reportagens locais e produção de manifestos autorais, consolidando a compreensão inicial dos estudantes acerca da relação entre território, meio ambiente e injustiça social. Como desdobramento do processo formativo, realizou-se, no mês de agosto, um júri simulado concebido como terceira avaliação da disciplina. Os estudantes foram organizados nos papéis dos atores em júri simulado exercitando argumentação, análise crítica e mobilização de evidências. Entre os casos discutidos, predominou a escolha da situação da Vila da Barca, com base em uma das reportagens trabalhada com as respectivas turmas. A atividade evidenciou elevado nível de engajamento e domínio conceitual, demonstrando a compreensão dos impactos do racismo ambiental nas periferias de Belém, especialmente no que se refere ao saneamento básico, à saúde pública e às desigualdades estruturais. A disciplina sociologia dialogada com a educação ambiental crítica demonstrou que o júri simulado, enquanto metodologia avaliativa, potencializa o protagonismo discente, contribui para o desenvolvimento da criticidade no ensino de sociologia e abrange o olhar desse discente para as problemáticas locais a partir dos conceitos abordados em sala de aula.

**Palavras-chave:** pibid/sociologia; racismo ambiental; formação crítica; júri simulado.

### **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará - UFPA, Graduanda do Curso de Ciências Sociais, [tamires.silva@ifch.ufpa.br](mailto:tamires.silva@ifch.ufpa.br).

<sup>2</sup> Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará, Professor/Supervisor, [sidclayfurtados@gmail.com](mailto:sidclayfurtados@gmail.com).

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará - UFPA, Graduando do Curso de Ciências Sociais, [jhonata.silva@ifch.ufpa.br](mailto:jhonata.silva@ifch.ufpa.br)

<sup>4</sup> Universidade Federal do Pará - UFPA, Graduanda do Curso de Ciências Sociais, [claudialorenamentesds@gmail.com](mailto:claudialorenamentesds@gmail.com)

<sup>5</sup> Universidade Federal do Pará - UFPA, Graduanda do Curso de Ciências Sociais, [nathaliamarques1218@gmail.com](mailto:nathaliamarques1218@gmail.com)

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/Sociologia), na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA/UFPa), com turmas do 8º ano do Ensino Fundamental. A proposta articulou conteúdos de Sociologia e Educação Ambiental por meio de uma sequência didática que abordou biodiversidade amazônica, mudanças climáticas e desigualdades socioambientais na Região Metropolitana de Belém, considerando o contexto da realização da COP 30 na cidade. Tal cenário evidenciou as contradições entre a visibilidade internacional atribuída à Amazônia e a permanência da precarização das periferias locais, cujas populações seguem historicamente lutando por melhores condições de vida, mas continuam frequentemente invisibilizadas pelo poder público diante de interesses econômicos que se sobrepõem ao bem viver. Nesse contexto, as metodologias de ensino e a proposta avaliativa assumiram papel central ao promover engajamento e estimular a leitura crítica dos estudantes sobre essas problemáticas. A articulação entre COP 30, biodiversidade e racismo ambiental permitiu aproximar os conceitos trabalhados em sala da realidade local, favorecendo a compreensão das dinâmicas sociais que estruturam o território. Sociologia, enquanto disciplina comprometida com a análise das questões sociais, utilizou essa metodologia para desenvolver simultaneamente a dimensão crítica e a expressão artística dos alunos do 8º ano, fortalecendo sua capacidade de problematização e posicionamento diante das desigualdades socioambientais. Tal encaminhamento pedagógico dialoga com a compreensão de que a finalidade da Sociologia, em qualquer etapa de ensino, consiste em fomentar nos estudantes uma atitude investigativa orientada à compreensão crítica da sociedade em que vivem, possibilitando que, por meio da realização de pesquisas, experimentem concretamente os caminhos de construção da imaginação sociológica. Além disso, atividades que incentivam a problematização e envolvem os alunos de forma ativa em pesquisar e entender aquela problemática ampliam as possibilidades de assimilação dos elementos discutidos em sala, estimulam o interesse e a participação do aluno (Fraga; Lage, 2010), esse interesse acaba por ir além do espaço escolar, quando o aluno compreende que o conteúdo trabalhado em sala está presente em pequenos . A sequência didática envolveu aulas dialogadas, análise de reportagens, atividade prática e produção de manifestos estudantis, resultando posteriormente na realização de um júri simulado como terceira avaliação da disciplina. A escolha do caso da Vila da Barca, amplamente discutido pelas turmas, possibilitou que os estudantes aplicassem os conceitos trabalhados em sala à análise crítica de uma realidade concreta, exercitando argumentação, posicionamento e leitura sociológica do território. A finalidade desse trabalho é elucidar de que forma o júri simulado, enquanto metodologia avaliativa articulada a uma sequência didática socioambiental, contribui para o desenvolvimento da criticidade, do protagonismo do aluno e da compreensão do racismo ambiental no contexto amazônico. Busca-se, assim, evidenciar o potencial do ensino de sociologia como espaço de formação cidadã e de problematização das desigualdades estruturais que marcam as periferias de Belém. A formação crítica no ensino de sociologia exige a articulação entre conteúdos conceituais e problemáticas concretas vivenciadas pelos próprios estudantes como, que especialmente em contextos marcados por desigualdades. Na Amazônia, tais questões tornam-se ainda mais urgentes diante dos impactos históricos e contemporâneos que atingem populações periféricas, frequentemente invisibilizadas por projetos de desenvolvimento urbano e por agendas globais que nem sempre contemplam as realidades locais. Nesse cenário, discutir racismo ambiental no espaço escolar por meio do ensino de sociologia constitui uma estratégia fundamental para promover a compreensão das relações entre o Estado e as populações atingidas pelos problemas socioambientais.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da implementação e análise de uma sequência didática no âmbito do ensino de sociologia. A proposta pedagógica articulou os eixos “Amazônia e Biodiversidade” e “Amazônia e Clima”, integrando conteúdos de sociologia a uma abordagem ambiental crítica. A sequência didática foi estruturada em quatro semanas. Na primeira etapa, realizou-se aula expositiva-dialogada sobre a Amazônia, biodiversidade e mudanças climáticas, seguida da aplicação de um questionário diagnóstico com perguntas abertas, com o objetivo de identificar as percepções prévias dos estudantes acerca do meio ambiente, do território e dos impactos climáticos em seus bairros. As respostas subsidiaram o planejamento das etapas seguintes. Na segunda semana, desenvolveu-se atividade prática no espaço externo da escola, voltada à identificação de áreas adequadas para plantio de mudas, estimulando responsabilidade socioambiental. Na terceira semana, abordou-se o conceito de racismo ambiental, contextualizado à realidade da Região Metropolitana de Belém e à realização da COP 30, por meio da análise de reportagens locais que evidenciavam desigualdades territoriais. O debate foi conduzido de forma dialógica, incentivando a problematização coletiva das situações apresentadas. Na quarta semana, os estudantes produziram manifestos escritos ou ilustrações autorais a partir da escuta da canção “Sonho de Floresta” do cantor Iris da Selva que mistura carimbó e mpb, relacionando biodiversidade, justiça ambiental e território. Como desdobramento avaliativo, no mês de agosto de 2025 realizou-se a preparação e execução de um júri simulado, concebido como terceira avaliação da disciplina. Durante duas semanas, os estudantes foram organizados nos papéis de juiz, promotores, advogados de defesa, réu, testemunhas, jurados e escrivão, estruturando argumentos com base em evidências e reportagens analisadas previamente. Entre os casos discutidos, a maioria das turmas escolheu a situação da Vila da Barca, fundamentando-se na reportagem “Obra da COP30 vai levar esgoto de área nobre em Belém para comunidade de palafitas” (Brasil de Fato, 2025). Os alunos desempenharam muito bem seus papéis nessas atividades, reforçando suas habilidades críticas.

A análise dos dados considerou as respostas ao questionário diagnóstico, as produções escritas e artísticas, bem como o desempenho argumentativo e a mobilização conceitual durante o júri. Observou-se elevado nível de engajamento e domínio dos conceitos de racismo ambiental, especialmente no que se refere às implicações do saneamento precário, da moradia em áreas de palafitas e dos impactos estruturais do descaso estatal nas periferias de Belém. Todas as etapas foram fundamentadas em metodologias ativas, priorizando participação, diálogo e construção coletiva do conhecimento, com o objetivo de fortalecer a relação entre conteúdos sociológicos e a realidade vivida pelos estudantes.

## **DISCUSSÕES**

A implementação da sequência didática e do júri simulado como metodologia avaliativa evidenciou o potencial do ensino do PIBID/sociologia para promover a formação crítica a partir da problematização de realidades concretas, evidenciado a partir destas, a realidade local. A proposta desenvolvida possibilitou que os estudantes compreendessem a região na qual estão localizados não apenas como um espaço físico e geográfico, mas como uma construção social historicamente produzida, atravessada por relações de poder, desigualdades estruturais e disputas por direitos. Nesse sentido, a análise dos problemas ambientais passou a ser entendida como a investigação de fenômenos complexos, condicionados por dimensões políticas, econômicas e sociais, bem como por jogos de interesses que frequentemente desencadeiam conflitos e mobilizações em torno da justiça ambiental, nessa perspectiva, em consonância com o pensamento de Enrique Leff (2011), a interdisciplinaridade nesse contexto, compreende a integração de diferentes formas de conhecimento científicas e dos saberes tradicionais, o que

é aprendido em sua própria comunidade, incorporando as vivências e experiências dos próprios estudantes em seus bairros como elementos centrais para a compreensão e o enfrentamento dos problemas ambientais, entendidos como questões complexas e socialmente situadas.

A partir dessa perspectiva, o trabalho pedagógico articulou o estudo da biodiversidade em sentido amplo e, posteriormente, da biodiversidade amazônica, evidenciando suas especificidades ecológicas e sua relevância socioambiental. Nesse percurso, foram problematizadas as dinâmicas do racismo ambiental, destacando como determinados grupos sociais são historicamente mais afetados pela degradação ambiental e pela precariedade no acesso a direitos fundamentais.

Discutiu-se, ainda, que a luta pelo bem viver e pela garantia de direitos socioambientais passa, necessariamente, pela efetivação dos princípios constitucionais. Assim, ao abordar o racismo ambiental, foi enfatizada a importância do cumprimento do que estabelece a Constituição:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988)

O debate em torno do caso da Vila da Barca demonstrou a capacidade dos alunos do 8º ano, com idades entre 12 e 14 anos, de mobilizar conceitos sociológicos para interpretar situações de injustiça ambiental, relacionando saneamento precário, moradia em palafitas e políticas públicas excludentes às dinâmicas do racismo ambiental. A proposta pedagógica articulou o estudo da biodiversidade amazônica e do racismo ambiental às problemáticas sociais vivenciadas cotidianamente pelos estudantes, buscando estabelecer conexões entre os conteúdos sociológicos e a realidade territorial em que estão inseridos. Enquanto pibidianos, dialogamos, interpretamos e promovemos trocas com os alunos a partir do que os rodeia na Região Metropolitana de Belém, considerando as problemáticas sentidas e experienciadas por eles, conforme evidenciado nos questionários aplicados no início da sequência didática. Tal perspectiva fundamenta-se na compreensão de que o processo de conhecimento se constrói na relação dialógica entre sujeitos que, vinculados por um mesmo objeto de estudo, refletem conjuntamente sobre ele, superando a lógica da transmissão estática do saber e assumindo uma aproximação dinâmica e compartilhada em direção ao objeto cognoscível (Freire; Shor, 2003). Desse modo, a prática desenvolvida buscou consolidar o diálogo como elemento constitutivo do ato educativo, reafirmando o professor e os estudantes como sujeitos ativos no processo de conhecer e reconhecer a realidade social que investigam.

A abordagem freireana (1967) orienta a compreensão de que o processo educativo não deve restringir-se à transmissão mecânica de conteúdos, mas constituir-se como espaço de diálogo, participação ativa e problematização da realidade do educando. Nessa perspectiva, a formação cidadã pressupõe o envolvimento efetivo do educando na análise crítica das estruturas sociais que o cercam, condição indispensável para a compreensão de fenômenos complexos como a injustiça ambiental e as mudanças climáticas no contexto amazônico. O júri simulado, enquanto metodologia avaliativa, concretizou esse princípio ao exigir dos estudantes argumentação fundamentada, posicionamento crítico e mobilização conceitual. A dramatização e a incorporação consciente dos papéis evidenciaram domínio teórico e capacidade analítica, demonstrando que a avaliação ultrapassou a lógica meramente conteudista e assumiu caráter formativo, coerente com uma educação comprometida com a emancipação e a leitura crítica do mundo.

Do ponto de vista pedagógico, a experiência confirma que metodologias ativas, quando articuladas a problemáticas locais, favorecem o protagonismo e a aprendizagem significativa do aluno. O júri simulado, ao exigir uma análise de evidências, construção de argumentos e posicionamento ético, operou como instrumento de consolidação dos conhecimentos trabalhados na sequência didática. Sociologicamente, a atividade reforçou a compreensão de que a educação escolar pode atuar como espaço de desnaturalização das desigualdades e de ampliação da consciência crítica sobre as estruturas que produzem o racismo ambiental e abandono às comunidades periféricas e comunidades tradicionais na Amazônia.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência desenvolvida na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará evidenciou a relevância do PIBID/Sociologia como política institucional de formação docente, ao promover a inserção qualificada dos licenciandos no cotidiano escolar e possibilitar a construção de práticas pedagógicas contextualizadas e socialmente comprometidas. A atuação no Ensino Fundamental II, especificamente no 8º ano, reforça a importância da presença da Sociologia antes do Ensino Médio, ampliando o contato dos estudantes com ferramentas analíticas capazes de problematizar a realidade social desde etapas iniciais da formação básica com atividades realizadas e metodologia avaliativa adotada demonstraram que os estudantes responderam de maneira significativa às propostas desenvolvidas, participando ativamente dos debates, questionando, relacionando conceitos à vivência cotidiana e mobilizando argumentos consistentes durante o júri simulado. As respostas ao questionário diagnóstico já indicavam percepções críticas sobre a falta de arborização em Belém, o lixo, a falta de saneamento básico, o reduzido contato com a natureza e os impactos das transformações urbanas, aspectos que foram aprofundados ao longo da sequência didática. Ao aproximar os discentes das discussões sobre biodiversidade amazônica, mudanças climáticas e racismo ambiental no contexto local, especialmente diante das contradições evidenciadas pela realização da COP 30 na cidade o ensino de sociologia articulado à educação ambiental crítica, contribuiu para a construção de uma leitura sociológica do território. A culminância no júri simulado, enquanto metodologia avaliativa, consolidou esse processo ao exigir domínio conceitual, argumentação fundamentada e posicionamento ético dos estudantes diante das desigualdade.

Conclui-se que a inserção do júri simulado como avaliação da sociologia no 8º ano potencializa a formação de sujeitos críticos, capazes de reconhecer as estruturas que produzem injustiças ambientais e de se perceberem como agentes em seus territórios, não foram apenas ouvintes daquilo que tinha a ser passada mas foram agentes críticos nos debates e diante do júri simulado. Assim, reafirma-se o papel do ensino de sociologia como espaço de problematização das desigualdades e de fortalecimento da consciência cidadã no contexto amazônico.

### **REFERÊNCIAS**

FRAGA, A. B.; LAGE, G. C. Tornando os alunos pesquisadores: o recurso da pesquisa nas aulas de Sociologia. *Perspectiva Sociológica*, [S.l.], v. 1, p. 1-15, 2010.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 309-335, 2011.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cvicf.pdf> . Acesso em: 20 fev. 2026.